



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 68

PROJETO DE LEI Nº 6852, de 2006
(Do Poder Executivo)

Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

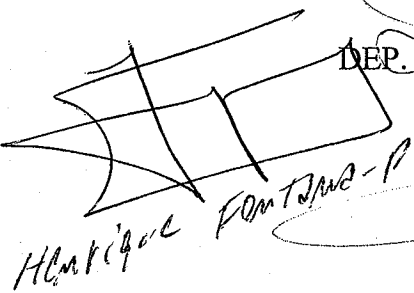
Suprima-se do inciso VII, do artigo 12, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescido pelo **Artigo 1º** do Projeto de Lei nº 6852, de 2006, a expressão “**residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele**”.

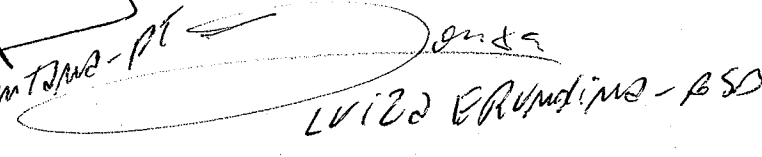
JUSTIFICATIVA

Embora se entenda que a concessão dos benefícios previdenciários aos agricultores familiares atende também ao objetivo de fixar o homem no campo, o fato é que a exigência de moradia na propriedade ou próximo a ela não se constitui em condição essencial para caracterização do trabalhador rural, inclusive porque, neste caso está-se diante de mais uma exigência desnecessária e burocrática para a concessão dos benefícios. Portanto, impõe-se a supressão desta exigência.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2006.


DEP. LUCICHOLNACKI


Henrique Fontana - PT


Luiz Erundino - PSD



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Assim, propõe-se suprimir do inciso I a dualidade de limites para o arrendamento rural, passando a constar um único limite de 50% (cinquenta por cento). Também, não faz sentido a distinção entre arrendamento para parentes ou para terceiros, sendo muito mais comum a no primeiro caso o contrato de parceria, com a meação, terça ou outra forma de participação na produção. O contrato de arrendamento é um instrumento normalmente utilizado com terceiro.

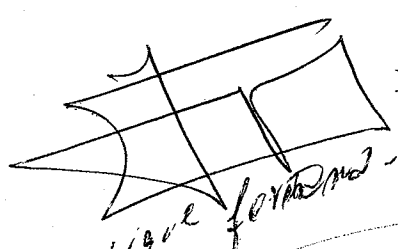
Por outro lado, o projeto impõe uma condição ao segurado especial impossível de ser cumprida, ou seja, a de que o arrendante também permaneça na atividade rural. Ora, trata-se obrigação pessoal que não pode ser imputada ao arrendador. Neste sentido somente faz sentido a condição imposta diretamente ao segurado especial, de que este permaneça na atividade.

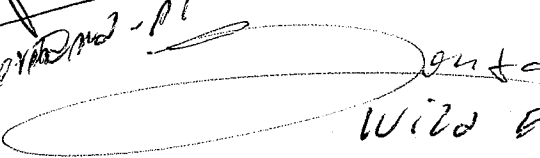
Propõe-se também suprimir a limitação do tempo em que o agricultor familiar poderá explorar os potenciais turísticos da propriedade. A proposta de limitação é, inclusive, contraditória com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que prevê linha especial de financiamento para o desenvolvimento do turismo rural. A limitação proposta, na verdade, inviabiliza a atividade econômica complementar.

No inciso III, propõe-se a supressão da expressão “não remunerado”, uma vez que no artigo seguinte admite-se que não perde a condição de segurado especial aquele que receber qualquer retribuição pecuniária pelo exercício de cargo de dirigente sindical.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 2006.


DEP. LUCI CHOINACKI


Henrique Faria - PT


Luiz Edson - PSB